

Os 162 anos de dívida externa

ARGEMIRO PROCÓPIO FILHO

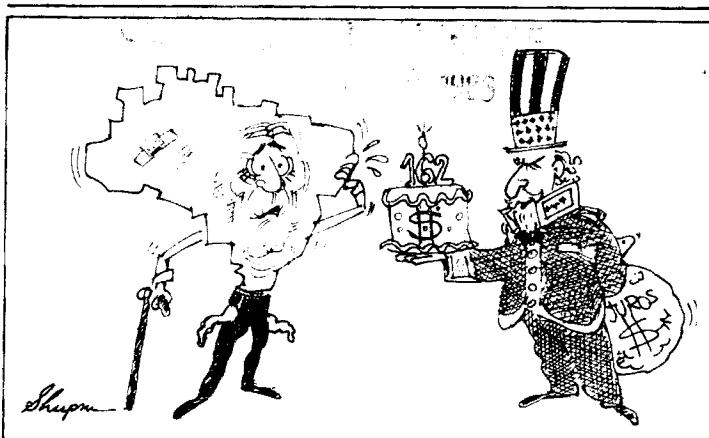
A história da independência do Brasil começou baixo a exploração do capitalismo financeiro. A herança do caos das finanças portuguesas, provocada pela impiedosa exploração inglesa, foi repassada para o nosso País.

Assim, dois anos depois da Proclamação da Independência, assinava-se no Brasil o primeiro decreto autorizando contratação de empréstimos no estrangeiro. Era ministro da Fazenda, Mariano José Pereira da Fonseca, conhecido como Marquês de Maricá. Entretanto, quem negociou em Londres foi o Marechal Felizberto Brand, também chamado Marquês de Barbacena, ele que foi acreditado plenipotenciário do Brasil no Reino Unido. Essa negociação foi levada a cabo com a ajuda do Conselheiro Manuel Rodrigues Gameiro Pessoa, o Visconde de Itabaiana.

Como credores estavam os estabelecimentos bancários Baseth Farquhar Chrawford & Cia, Fletcher, Alexander & Cia, Thomas Wilson & Cia.

Isto significa que já antes de completar o terceiro aniversário da emancipação assinava-se no Brasil o primeiro decreto autorizando contratação de empréstimos no estrangeiro. O "empréstimo da independência" foi efetuado através de duas operações. Na primeira participaram os estabelecimentos bancários citados. Na segunda esses mesmos com o banqueiro Nathan Mayer Rothschild.

A operação inicial de um milhão de libras foi concedida para ser paga dentro de um prazo de trinta anos com um por cento de amortização e cinco por cento de juros anuais. Aqui chegaram 750.000 libras apesar da



dívida de 1.000.000 libras esterlinas. Um quarto do dinheiro desapareceu baixo a tradicional rubrica despesas de operação. Foi engordar os cofres dos negociadores. Entre os beneficiados estava o plenipotenciário do Brasil em Londres, o conhecido Marquês de Barbacena.

A segunda operação englobou 2.000.000 libras. O empréstimo saiu em janeiro de 1825, mas o País foi obrigado a pagar juros quatro meses antes da soma aparecer.

A agiotagem dos Rothschild estipulou na segunda etapa da liberação, condições tão severas quanto as da primeira operação. Isso faz lembrar que as relações entre países centrais e periféricos já do passado provam todo um conjunto de interesses entre suas classes dominantes. Ou seja, prevalece o domínio econômico que dita as relações políticas e harmoniza através da corrupção os interesses dos capitalistas dos países dominadores com a dos países dominados. E por causa disto que operações lesivas ao patrimônio nacional puderam e são até hoje realizadas.

Os negociadores do pri-

meiro empréstimo brasileiro, o plenipotenciário Marquês de Barbacena e o Visconde de Itabaiana, acobertados pela força dos Rothschild, tiraram para seu proveito e de seu grupo o quanto foi possível. Foram, aliás, até denunciados por Baependi, criticados na recém-criada Câmara dos Deputados etc. Mas nada mais que uma indignação passageira, talvez parecida com aquela que chega um século e meio depois. Precisamente, 162 anos transcorridos das denúncias de corrupção embutidas nas transações do primeiro empréstimo em 1824, continua-se divulgando no País quase que idênticas notícias. É claro, com algumas modificações. No tempo do Governo Imperial pelo menos as cifras eram exatas. Hoje é comum ouvir e ler que anualmente remete-se para o exterior aproximadamente de 10 a 12 bilhões de dólares de juros. Que o total da dívida brasileira é aproximadamente de 110 bilhões de dólares. Também aproximadamente afirma-se que entre 12 e 13 por cento do montante dos empréstimos de tal dívida foram desviados, estando em bancos da Suíça, o conhecido país acima de todas as suspeitas.

O aproximadamente,

mais a mania da não exatidão das cifras significam enormes rombos e grandes manobras. Pequenos números que escondem gigantescos tributos esmagadores da economia popular. A Nação já paga hoje caro demais em termos morais e econômicos pela banalização do crime e da corrupção. Por desgraça, força-se a acreditar que o brasileiro convive com a violência, acostumou aceitar e absorve notícias de fatos que vão contra a própria dignidade nacional. Pior ainda, cínica ou inconscientemente toma-se como referência o México, a Argentina e a Venezuela, para dizer que lá a elite dominante roubou mais que a daqui.

Grande consolo! Que alívio saber que os nossos poderosos têm conta na Suíça, mas pelo menos depois de 1964 modernizaram segmentos do País, deixaram uma começada Transamazônica, Ferrovia do Aço, Carajás e Itaipu.

O sacrifício e o nível de vida desses povos irmãos atestam o resultado da corrupção marcada pela violência e desmandos, típicos do capitalismo periférico. Da mesma forma o subdesenvolvimento e a pesada dívida externa, que jamais foi contraída pelo povo brasileiro, são testemunhos de crimes até agora impunes, perpetrados por segmentos da classe dominante. Enquanto justiça não for feita, punidos os ladrões de casa, continuarão arbitrariedades que não são nem fatalidade histórica, nem parte da índole latina. Até lá, que se repita o sábio e velho adágio: "No Brasil quem rouba tostão é ladrão, quem rouba milhão é barão".

Argemiro Procópio Filho é professor do Departamento de Relações Internacionais da Universidade de Brasília